

O *tablet* reinventando o cotidiano da sala de aula: resultados preliminares¹

Maicon Rafael Hammes², Denize Grzybovski^{2 e 3}

- 1- Tópico de Interesse: Tecnologias de Inclusão Digital. Subtema: Dispositivos móveis na educação.
- 2- Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação – UNIJUI – Ijuí/RS.
- 3- Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – UPF – Passo Fundo/RS.

maiconhammes@gmail.com, gdenize@upf.br

1. Descrição

A educação é uma alternativa para transformar a sociedade (MORAN, 2006) e deve ser entendida como um ato de intervenção no mundo. Essas intervenções objetivam mudanças radicais na sociedade como, por exemplo, na economia, relações humanas, direito a trabalho, terra, educação e saúde. O tema deste artigo é o uso de tecnologia da informação como ferramenta de apoio à aprendizagem no ensino fundamental. Para Schultz (1967), educar significa revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente, aperfeiçoar moral e mentalmente de maneira a tornar a pessoa suscetível de escolhas individuais e sociais bem como ser capaz de agir em consonância.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão modificando as pessoas, a cultura, as relações sociais e o acesso ao saber (VIVANCO, 2015). A qualidade da educação básica deve ser a mesma para todos, formando sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa em um princípio de Estado democrático. A ideia é emancipar o homem e prepará-lo tecnicamente para atuar no atual patamar científico tecnológico (FRIGOTO, 2001). O papel do professor foi ampliado significativamente a partir das TICs, pois, além de ditar o conteúdo, ele precisa orientar a aprendizagem, gerindo a pesquisa e a comunicação dentro e fora da sala, tornando as aulas colaborativas e nem sempre presenciais (MORAN, 2006). Nas últimas décadas, o acesso ao uso de tecnologias proporcionou a facilidade de aquisição de conhecimento, entretanto, os aparelhos tecnológicos não são capazes de construir conhecimento sem intervenção humana. (BRANT, 2013; RODRIGUES; SILVONI 2013). No Brasil, a ampliação do acesso à escola não assegura igualdade de oportunidades, é preciso garantir um padrão de qualidade básico para todos ou as desigualdades adquiridas na escola, como experiência em ferramentas tecnológicas, vão continuar existindo (MELLO, 1991). A instrução aumenta a capacidade de adaptação das pessoas, face às flutuações das oportunidades de emprego, associadas ao crescimento econômico (SCHULTZ, 1967).

A tarefa docente não é apenas ensinar os conteúdos, mas também a pensar certo. Um simples gesto do professor pode representar uma grande força formadora para o estudante (FREIRE, 1996). Antigamente, o professor tinha um papel controlador e repressor, representava o sábio que transmitia o conhecimento para o aluno que era um receptor passivo. Dessa maneira, a questão central deste trabalho é: Como o *tablet* modifica a prática na sala de aula?

2. Objetivos

O objetivo é refletir sobre a política pública de inclusão digital a partir da utilização de *tablets* no ensino fundamental, implementada pela administração pública no nível municipal.

3. Metodologia

Trata-se de um estudo exploratório, razão pela qual adotou-se a estratégia estudo de caso único. O caso selecionado é de um pequeno município no Estado do Rio Grande do Sul, Doutor Maurício Cardoso, selecionado pelo critério de acessibilidade e em razão do porte, o qual supostamente dificulta à população ao acesso às tecnologias digitais e possui menor volume de recursos para alocação em políticas públicas. A política pública de inclusão digital implementada pelos gestores públicos do município prevê a concessão de uso dos equipamentos aos alunos da rede municipal a partir da 5ª série.

Os dados foram coletados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Otalísio Hartemink por meio de questionários semiestruturados, observação participante, análise documental de entrevistas. As entrevistas foram realizadas com quatro professoras que atuam junto aos alunos contemplados com os equipamentos eletrônicos. Para tanto utilizou-se um questionário aberto onde foram abordados temas relacionados à docência em sala de aula, com ênfase no planejamento e execução das aulas usando os *tablets*. Outros temas foram: área de formação, curso, local e ano de conclusão do ensino superior; formação específica relacionada à docência com o uso de tecnologia eletrônica; pontos fortes e fracos da política pública municipal de uso do *tablet* na escola.

4. Resultados Parciais

O governo municipal de Doutor Maurício Cardoso, iniciou, em 2014, a implementação de um programa de utilização de tecnologia no processo de ensino-aprendizagem no ensino fundamental. O programa prevê a concessão de uso de *tablets* para alunos da escola municipal a partir da 5ª série, cujo equipamento fica sob responsabilidade dos estudantes até o final do 9º ano escolar. Os equipamentos adquiridos são modernos e representaram um investimento de R\$ 50.000,00.

Não existe lei que regulamente esta política pública. Encontra-se em posse do poder público municipal apenas um termo de concessão de uso assinado pelo aluno e seu representante legal, além das testemunhas. Neste, está discriminado o tempo de concessão, a necessidade de devolução do patrimônio público cedido que deverá estar “estado íntegro, salvo os desgastes naturais de uso” em caso de transferência da escola. Ao examinar este termo, constatou-se um dos objetivos desta política pública, que é evitar o êxodo para outras instituições mantendo o valor repassado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB ao município. Por essa razão, procedeu-se o exame do relatório de matrículas da educação básica e a estimativa de receita divulgados pelo FUNDEB em 25 de novembro de 2014. Partindo desta contingência, o valor anual que o município receberia por estudante (47 em 2014) seria de R\$ 3.496,26, o qual geraria uma receita pública de R\$ 164.324,22.

Os dados financeiros revelam, portanto, que há uma estratégia do governo municipal de Mauricio Cardoso de obtenção de recursos públicos para serem alocados

em educação, um dos objetivos da administração. Ela encontra-se acima dos resultados esperados com a sua implementação de uma política pública de inclusão digital, a qual deveria ser a ampliação das oportunidades na sociedade aos estudantes. Em razão da estrutura de governo e distribuição de recursos públicos no Brasil, os municípios precisam implementar estratégias para que os impostos públicos arrecadados retornem à prefeitura municipal. Só assim é possível manter as atividades públicas. No entanto, tais estratégias de obtenção de recursos precisam ser justificadas com objetivos públicos e relevantes socialmente.

Com essa abordagem teórica, a referida política pública de concessão de *tablets* aos alunos da rede municipal, além do caráter financeiro, visa integrar os estudantes deste município ao mundo contemporâneo, adotando práticas pedagógicas que proporcionem aulas mais dinâmicas e despertem interesse dos estudantes pelos assuntos abordados. Por tratar-se de uma instituição pública, a escola municipal também considera a questão social de alta relevância, pois, grande parte dos alunos destas escolas tem sua origem em famílias de baixa renda que dificilmente poderiam proporcionar o manuseio destes equipamentos em casa.

A análise dos resultados desta política pública, após o primeiro ano de concessão do equipamento, chamou atenção para algumas contradições. Um dos objetivos, que era evitar a migração de estudantes para outras escolas, foi atingido com êxito uma vez que não houve nenhum caso de evasão. No entanto, ficaram evidentes as consequências da implementação de uma política pública sem o devido planejamento de cada etapa, por exemplo: a) inutilização de vários equipamentos em virtude do mau uso; b) baixo nível de participação dos professores no projeto, em razão da ausência de preparação (treinamento) e apoio institucional; c) Uso indevido do *tablet* por parte dos alunos, os quais passaram a considerá-lo uma ferramenta de diversão, em especial porque não tinham regras de controle de tempo de uso do equipamento também por parte dos pais ou responsáveis; d) Redução no rendimento escolar, devido ao uso descontrolado do equipamento eletrônico *tablet*; e) Problemas disciplinares dos alunos em sala de aula;

De acordo com as professoras entrevistadas, a política pública proposta pelo governo municipal apresenta aspectos positivos e negativos. Com relação ao planejamento, as professoras relataram que seguem o plano de estudo da série que é composto por itens da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que são adaptadas para cada escola. Todas procuram os conteúdos em livros e sites da internet. Três professoras planejam mais aula do que o necessário para um dia, uma delas faz o planejamento para toda a semana, pois o rendimento da turma varia muito conforme o dia. A outra docente informou à dificuldade que tem algumas vezes ao colocar em prática o planejamento exemplificando que ao levar uma imagem e propor para a turma criar uma redação, em alguns casos a receptividade dos alunos não é a esperada, e o *tablet* ajuda muito neste tipo de situação tendo em vista que a aceitação de uma atividade é muito maior quando o aparelho está envolvido.

As quatro possuem licenciatura, uma em supervisão escolar, outra em língua espanhola, outra em matemática e outra em língua inglesa. Todas fizeram a sua graduação em uma Universidade na cidade de Santa Rosa – RS e concluíram entre 2000 e 2007. Uma professora relatou que não teve nenhuma disciplina relacionada ao uso de tecnologia no processo de ensino aprendizagem. Outra informou que existiam duas matérias, ambas eletivas, mas que mesmo assim ela matriculou-se e gostou do que

aprendeu. A professora licenciada em matemática disse que havia duas disciplinas obrigatórias de matemática computacional das quais ela gostou e teve bom aproveitamento. A última professora entrevistada respondeu que durante a sua graduação a Universidade estava iniciando a instalação dos laboratórios de informática e a grande novidade, na época, era a possibilidade de manusear o computador e mandar e-mails. Mesmo quando o laboratório estava em completo funcionamento, os professores universitários não permitiam que os trabalhos fossem entregues digitados, exigindo que os mesmos fossem escritos a mão.

Todas as entrevistadas demonstraram interesse pelo uso da ferramenta em sala de aula e apenas uma relatou maiores problemas com os alunos na questão de impor limites ao uso. Todas acreditam que o projeto *tablet* na escola pode e vai fazer a diferença para os alunos ao final do ensino fundamental, mesmo que alguns ainda não tenham consciência das funcionalidades dessa ferramenta tecnológica. As docentes ainda acreditam que é necessário que a administração municipal mude o planejamento do projeto. Destaca-se a necessidade de uma melhor comunicação entre o poder público-escola-famílias para que os pais compreendam a importância do projeto e que auxiliem a escola na educação dos alunos. As dificuldades na implementação de uma política pública de inclusão digital no nível municipal residem na ausência de planejamento, que, por conseguinte impacta na organização e alocação adequada dos recursos (humanos, físicos, financeiros). É necessário considerar que a inclusão digital no ensino em qualquer nível é dimensão da administração pública e, para tanto, deve estar contemplada com ferramentas de gestão, com destaque para um programa de inovação tecnológica na escola.

Referências

- Brant, F. P. (2013) “Possibilidades e limites das tecnologias na educação a distância”, In: Seminário Internacional de Educação a Distância Belo Horizonte, Belo Horizonte: UFMG.
- Freire, P. (1996), *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Frigoto, G. (2001), “Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora” in *Revista Perspectiva*, v.19, n. 1, p.71-87.
- Mello, G. N. (1991), “Políticas públicas de educação” in *Revista Estudos Avançados*, v. 5, n. 13, p. 1-42.
- Moran, J. M. (2013) “Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas”, In: MASETTO, M. T. et al (org). *Novas Tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2006. Capítulo 1.
- Rodrigues, R. N.; Silvoni, B. M. P. (2013), “As novas tecnologias na educação: mecanismos de difusão e informação”, In: *Seminário Internacional de Educação a Distância Belo Horizonte*, Belo Horizonte: UFMG.
- Schultz, T. W. (1967), *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Vivanco, G. (2015) “Educación y tecnologías de la información y la comunicación: ¿es posible valorar la diversidad em el marco de la tendencia homogeneizadora?” in *Revista Brasileira de educação*, v.20, n.61, p.297-315.